

**EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO CENTRO DE NEGÓCIOS DO
IPARQUE LEONARDO DA VINCI
PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS DO CONCURSO PÚBLICO**

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
ARTIGO 1.º ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 2.º OBJECTO DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 3.º PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO	3
ARTIGO 4.º ÓRGÃO COMPETENTE	3
ARTIGO 5.º JÚRI DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 6.º PEÇAS CONCURSAIS	4
ARTIGO 7.º CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	4
ARTIGO 8.º ESCLARECIMENTOS E RECTIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	5
ARTIGO 9.º ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS	5
ARTIGO 10.º INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS	6
ARTIGO 11.º IMPEDIMENTOS	7
ARTIGO 12.º AGRUPAMENTOS	7
CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA	8
ARTIGO 13.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 14.º PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
ARTIGO 15.º REQUISITOS DA PROPOSTA	8
ARTIGO 16.º INDICAÇÃO DO PREÇO	9
ARTIGO 17.º PROPOSTA BASE	9
ARTIGO 18.º PROPOSTAS VARIANTES	10
ARTIGO 19.º PREÇO BASE	10
ARTIGO 20.º PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	10
ARTIGO 21.º DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA	10
ARTIGO 22.º MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	12
ARTIGO 23.º PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS	12
ARTIGO 24.º ABERTURA DE PROPOSTAS	12
ARTIGO 25.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
ARTIGO 26.º MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
ARTIGO 27.º APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS	15
ARTIGO 28.º NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	15

CAPÍTULO III – DA ADMISSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONCORRENTES	16
ARTIGO 29.º ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES	16
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO	16
ARTIGO 30.º ANÁLISE DAS PROPOSTAS	16
ARTIGO 31.º RELATÓRIO PRELIMINAR	19
ARTIGO 32.º AUDIÊNCIA PRÉVIA	20
ARTIGO 33.º RELATÓRIO FINAL	20
CAPÍTULO V – CAUÇÃO	20
ARTIGO 34.º CAUÇÃO	20
ARTIGO 35.º NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	21
ARTIGO 36.º EXECUÇÃO DA CAUÇÃO	22
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	22
ARTIGO 37.º ADOÇÃO DO AJUSTE DIRECTO EM PROCEDIMENTO FUTURO	22
ARTIGO 38.º NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO	23
ARTIGO 39.º MINUTA DO CONTRATO	23
ARTIGO 40.º OUTORGA DO CONTRATO	24
ARTIGO 41.º NÃO OUTORGA DO CONTRATO	24
ARTIGO 42.º SUBEMPREITEIROS	24
ARTIGO 43.º ENCARGOS DOS CONCORRENTES	25
ARTIGO 44.º CONTAGEM DOS PRAZOS	25
ARTIGO 45.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	25
ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA	26
ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO	27
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREVALÊNCIA DAS TRADUÇÕES	31
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO	32

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Entidade Adjudicante

1. A Entidade Pública Adjudicante é Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, E.M, S.A., com sede no Pavilhão Centro de Portugal, Ínsula dos Bentos, Av.^a da Lousã, freguesia de Coimbra (Almedina), concelho e distrito de Coimbra, com o telefone n.º 239 842265, com o fax n.º 239 842266 e com endereço de correio electrónico geral@coimbraiparque.pt

2. O fornecimento de peças do concurso e a apresentação de propostas, bem como todas as comunicações relativas ao Procedimento, serão efectuados na plataforma electrónica utilizada para o concurso público: BIZGOV – www.bizgov.pt.

Artigo 2.º Objecto do Procedimento

O presente concurso público tem por objecto a adjudicação da “Empreitada de Construção do Edifício Centro de Negócios do IPARQUE Leonardo Da Vinci”, nos termos previstos no Caderno de Encargos, em regime de série de preços.

Artigo 3.º Procedimento de Contratação

O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março de 2008.

Artigo 4.º Órgão Competente

Nos termos consignados no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, o procedimento inicia-se com a decisão de contratar, a qual cabe ao Conselho de Administração da Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, E.M, S.A., sendo este o órgão competente para esse efeito, bem como, para autorizar a despesa, no uso de Empreitada de Construção do Edifício Centro de Negócios do IPARQUE Leonardo Da Vinci”.

Artigo 5.º Júri do Procedimento

O concurso é conduzido por um Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, designado pelo órgão competente indicado no número

anterior, composto em número ímpar, por um mínimo de três membros efectivos, um dos quais presidirá e dois suplentes.

Artigo 6.º Peças Concurrais

O processo do concurso é composto pelas seguintes peças:

- a) O anúncio publicado no *Diário da República*;
- b) O presente Programa do Procedimento e seus anexos;
- c) O Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) Os esclarecimentos e as rectificações das peças do procedimento;
- e) Os erros e omissões do Caderno de Encargos.

Artigo 7.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. A consulta e fornecimento de peças do procedimento serão feitos através da plataforma electrónica utilizada pela entidade executante: BIZGOV – www.bizgov.pt
2. O processo do concurso público para a construção do Edifício Centro de Negócios do IPARQUE Leonardo Da Vinci”, nos termos definidos no **Artigo 2.º**, encontra-se patente na sede da entidade adjudicante, onde pode ser examinado durante as horas de expediente (das 09h:30m às 12h:30m e das 14h:30m às 17h:30m), desde a data da publicação do respectivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O fornecimento das peças do procedimento poderá ser efectuado, no prazo máximo de 5 e 2 (*cinco e dois*) dias contados da data de recepção do respectivo pedido, em papel ou formato digital respectivamente, na entidade que preside ao concurso, desde que este seja efectuado até ao termo do prazo para apresentação das propostas, contra o pagamento de 1500,00€ (mil e quinhentos euros) em papel e 50,00€ (cinquenta euros) em formato digital (pen), acrescido do valor de IVA à taxa legal em vigor, em numerário ou mediante cheque emitido à ordem da entidade adjudicante, no acto da entrega, ficando registado o nome, morada, telefone e endereço de correio electrónico dos interessados que solicitaram o fornecimento das peças do procedimento. As peças do procedimento podem ainda ser obtidas, sem custo e em formato digital, no endereço electrónico www.coimbraiparque.pt (em Central de Compras), utilizando as credenciais de acesso fornecidas nos 2 dias úteis seguintes ao pedido dos interessados, ficando registado o respectivo nome, morada, telefone e endereço electrónico.

4. A entidade adjudicante não se responsabiliza por eventuais atrasos que possam ocorrer com a distribuição do correio quando, para cumprimento do disposto no n.º 3 do presente artigo, as peças do procedimento sejam remetidas através da forma mencionada, por solicitação dos interessados.

Artigo 8.º Esclarecimentos e rectificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, na plataforma electrónica Bizgov, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados, pelo Júri do Procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Dentro do prazo e nos termos referidos no número anterior, a entidade adjudicante pode proceder à rectificação dos erros e omissões das peças do procedimento.
4. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores, ficarão juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo notificados de tal facto, todos os interessados que as tenham adquirido.
5. A entidade adjudicante reserva-se no direito de, oficiosamente e dentro do prazo fixado no n.º 2, juntar ao processo de concurso, sob a forma de aditamentos numerados segundo a ordem de emissão, os elementos adicionais que julgar necessários à melhor clarificação do objecto do mesmo.
6. Para todos os efeitos legais, considerar-se-ão estes aditamentos como esclarecimentos de dúvidas de interpretação das peças patenteadas, seguindo-se a forma de divulgação prevista no n.º 4, não dando lugar à prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 9.º Erros e omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detectados e que digam respeito a:
 - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidades de prestações estritamente necessárias à integral

execução do objecto do contrato a celebrar; ou

c) Condições técnicas de execução do objecto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, actuando com a diligência objectivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detectar na fase de execução do contrato.

3. A apresentação da lista referida no n.º 1, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.

4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detectadas pelos interessados devem ser disponibilizadas em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serem imediatamente notificados daquele facto.

5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

6. A decisão prevista no número anterior é publicitada em plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

7. Nos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os concorrentes devem identificar, expressa e inequivocamente:

a) Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no n.º 5, do qual não pode, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no caderno de encargos;

b) O valor, incorporado no preço ou preços indicados na proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.

Artigo 10.º Inspecção do local dos trabalhos

1. Durante o prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados poderão inspecionar o local onde será realizada a empreitada de obras públicas,

nos termos do **Artigo 2.º** do presente programa, e realizar nele, os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

2. Os interessados que efectuarem os reconhecimentos referidos no número anterior, ficam obrigados ao cumprimento das instruções dos responsáveis pelas visitas.

Artigo 11.º Impedimentos

1. Os concorrentes, relativamente aos quais se verifique alguma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, são excluídos do presente procedimento.

2. A prática de actos ou acordos susceptíveis de falsear as regras da concorrência serão valorados nos termos prescritos na lei.

Artigo 12.º Agrupamentos

1. Ao presente concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

2. Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.

3. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta, nos termos do **Artigo 23.º** e pelo pontual cumprimento de todas obrigações emergentes do contrato.

4. Em caso de adjudicação da empreitada, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, deverão associar-se antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas (ACE), nos termos da Lei n.º 4/73, de 4 de Junho, na sua actual redacção.

CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA

Artigo 13.º Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas deverão ser apresentadas até às 17 horas do 30º dia a contar da data da publicação no Diário da República, na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante.

Artigo 14.º Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando as rectificações ou os esclarecimentos previstos no **Artigo 8.º** sejam comunicados para além do prazo nele estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas, deverá ser prorrogado, por período equivalente ao do atraso verificado.

2. Quando as rectificações referidas no **Artigo 8.º**, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros de omissões do caderno de encargos, nos termos do disposto no **Artigo 9.º** implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das rectificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores, serão disponibilizadas na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente um aviso daquelas decisões, no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15.º Requisitos da proposta

1. A proposta elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do presente Programa, manifesta a vontade das entidades concorrentes a prestarem os serviços, indicando as condições em que se dispõem fazê-lo, devendo ser redigida

em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for dactilografada ou processada informaticamente, ou com a mesma caligrafia e tinta, se for manuscrita.

2. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seu representante.
3. Quando a proposta seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este poderes para o efeito.
4. No caso de o concorrente ser um agrupamento de empresas, a proposta deve ser assinada pelo representante comum ou, não existindo este, pelas pessoas com poderes para obrigar cada uma das empresas que o compõem.
5. Todas as assinaturas referidas nos números anteriores devem estar reconhecidas nessa qualidade.

Artigo 16.º Indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), devendo ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Os concorrentes devem indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo InCI, I.P., nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 81.º, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações.
5. O disposto no n.º anterior é aplicável aos agrupamentos de concorrentes, devendo estes, para o efeito, indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar.

Artigo 17.º Proposta base

1. As propostas apresentadas pelos concorrentes serão consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições

divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem dessas mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem, com excepção dos aspectos técnicos constantes da memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra.

2. Para efeitos de elaboração da proposta base os concorrentes devem ter em consideração a natureza dos trabalhos da empreitada descritos no Caderno de Encargos e no projecto de execução.

Artigo 18.º Propostas variantes

Não são admitidas propostas que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de variantes.

Artigo 19.º Preço base

O preço base para efeitos do presente procedimento é de 4.500.000,00€ (quatro milhões e quinhentos e mil *euros*), com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Artigo 20.º Preço anormalmente baixo

É considerado preço anormalmente baixo, o preço total resultante de uma proposta que seja 40% ou mais inferior ao preço base fixado no artigo anterior, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 21.º Documentos que instruem a proposta

1. A Proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo II** do presente programa;
- b) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, directa ou indirectamente, das peças do procedimento;
- c) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projecto de execução;
- d) Programa de trabalhos, incluindo plano de trabalhos, plano de mão-de-obra de acordo com os rendimentos a apresentar na Memória justificativa e descritiva e plano de equipamento;

- e) Plano de pagamentos adequado ao Plano de Trabalhos;
- f) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra e com o cálculo dos rendimentos das Equipas mais importantes;
- g) Declaração do concorrente que mencione os trabalhos a efectuar em cada uma das subcategorias e o respectivo valor e, se for o caso, declarações de compromisso subscritas pelo concorrente e por cada um dos subempreiteiros, nos termos referidos no n.º 7 deste artigo;
- h) Idêntica declaração deverá ser apresentada, quando se tratar de agrupamentos de empresas;
- i) Nota justificativa do preço proposto;

2. Os documentos referidos na alínea d) serão elaborados da seguinte forma:

- a) O plano de trabalhos deve traduzir o desenvolvimento da empreitada ao longo do prazo de execução, indicando claramente os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos (capítulos) da empreitada;
- b) O plano de mão-de-obra deve indicar a quantidade e a qualificação do pessoal a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada;
- c) O plano de equipamento deve indicar o tipo de equipamento a usar e o seu período de utilização.
- d) O Plano de Pagamentos deve ser justificado pelo Plano de Trabalhos.

3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

4. A declaração referida na alínea a) do n.º 1, deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar.

5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.

6. Todas as páginas dos documentos referidos nos números anteriores devem ser numeradas, devendo indicar-se na primeira o número de folhas constitutivas dos mesmos.

7. Os documentos referidos nos números anteriores são obrigatoriamente redigidos

em língua portuguesa.

8. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que acompanham a proposta, estiverem redigidos noutra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respectivos originais, conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa do Concurso.

9. Os documentos referidos nos números anteriores, devem seguir a ordem apresentada e organizados por fascículos separados por uma folha de rosto com a respectiva identificação.

Artigo 22.º Modo de apresentação da proposta

1. A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante: BIZGOV.

Artigo 23.º Prazo de validade das propostas

1. O prazo durante o qual o convidado é obrigado a manter a sua proposta é de sessenta e seis dias, contados a partir da data limite para entrega das propostas.

2. Findo esse período de tempo, as propostas manter-se-ão vinculativas para os interessados, renovando-se automaticamente, por iguais períodos, excepto manifestação em contrário e por escrito por parte dos mesmos.

Artigo 24.º Abertura de propostas

A abertura de propostas do presente procedimento realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao termo do prazo para apresentação das propostas, a partir das 11:00 Horas, na plataforma electrónica BIZGOV, o qual seguirá o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Artigo 25.º Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário terá de apresentar os seguintes documentos:

a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo IV** do presente programa;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, mediante a

apresentação de certidão da segurança social e do serviço de finanças, em como possuem a situação contributiva e tributária regularizada, bem como através da apresentação do registo criminal (sendo que no caso do adjudicatário ser uma pessoa colectiva, os registos criminais a apresentar são os dos titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência da mesma);

c) Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas (ou cópia simples do mesmo), emitido pelo InCI, contendo as habilitações de natureza necessária para a realização da obra posta a concurso e da classe correspondente ao valor da proposta, nos termos do n.º seguinte e, se for o caso, acompanhado de declaração que mencione os subempreiteiros.

2. O adjudicatário deve apresentar Alvará ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., contendo as autorizações previstas nas alíneas do n.º 2.1 ou nas alíneas do n.º 2.2. do presente artigo:

2.1.

a) A classificação na 10ª subcategoria da 4ª Categoria, em classe correspondente ao valor global da sua proposta;

b) A classificação na 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª subcategoria da 1ª categoria, 6ª, 8ª, 9ª subcategoria da 2ª categoria 2ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª subcategoria da 4ª categoria, 2ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª subcategoria da 5ª categoria;

Em classes correspondentes, cada uma, ao valor dos trabalhos especializados que lhes respeitam, consoante a parte que a cada um desses trabalhos cabe na proposta e que será indicada em documento anexo àquela, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida na alínea c) do número anterior.

2.2.

a) Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional, em classe correspondente ao valor global da sua proposta;

b) A classificação na 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª subcategoria da 1ª categoria, 6ª, 8ª, 9ª subcategoria da 2ª categoria 2ª, 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª subcategoria da 4ª categoria, 2ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª subcategoria da 5ª categoria;

Em classes correspondentes, cada uma, ao valor dos trabalhos especializados que lhes respeitam, consoante a parte que a cada um desses trabalhos cabe na proposta e que será indicada em documento anexo àquela, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida na alínea c) do número anterior.

3. Para efeitos da verificação das habilitações referidas no número anterior, o

adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratados, desde que acompanhados da declaração através da qual estes se comprometeram, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

4. O adjudicatário, ou um subcontratado referido no número anterior, nacional do Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio que não seja titular do alvará ou do título de registo, referidos nos n.ºs 2 e 3., consoante o caso, ou do certificado referido no ponto anterior, deve apresentar em substituição desses documentos: uma declaração, emitida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. comprovativa de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um título de registo contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.

Artigo 26.º Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de notificação referida na alínea a) do n.º 2 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, reprodução dos documentos de habilitação referidos no artigo anterior, através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados.

2. Quando os documentos a que se referem a alínea b) do n.º 1 do artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na b) do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos previstos no número um ou a indicação prevista no número anterior.

4. Poderá ser exigido ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a

autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando caso se tratar de pessoa colectiva, a qualidade em que assina. Contudo, quando seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este poderes para o efeito, ou fotocópia da mesma devidamente autenticada.

Artigo 27.º Apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos

1. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou colectivas, os documentos previstos **Artigo 25.º** do presente programa, devem ser apresentados por todos os seus membros.
2. O documento referido no n.º 2 do **Artigo 25.º** pode ser apresentado por apenas um dos seus membros, podendo ser substituído pela apresentação de vários alvarás ou títulos de registo dos seus membros que, em conjunto, contenham as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.
3. Os documentos referidos nos nºs 4, 6, 7 e 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, devem ser apresentados por todos os seus membros cuja actividade careça da sua titularidade.
4. Todos os membros do agrupamento concorrente, que exerçam a actividade de construção, devem apresentar o respectivo alvará ou título de registo, emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.
5. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no n.º 4 do **Artigo 25.º**.

Artigo 28.º Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente programa do procedimento;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conforme exigido na alínea c) do **Artigo 25.º** do presente programa;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, no caso previsto no n.º 2 do artigo 82.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2. No caso de caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante comunicará de imediato ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

CAPÍTULO III – DA ADMISSÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONCORRENTES

Artigo 29.º Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes

1. O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas, os quais considere necessários para efeito de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respectivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respectivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior, serão notificados através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados, devendo todos os concorrentes, serem imediatamente notificados de tal facto.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 30.º Análise das propostas

1. O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, considerando-se os seguintes factores e respectivas ponderações:

- a) Preço – 60%
- b) Valia técnica da proposta – 40%

a) Preço - 60%

Preço

O preço será classificado de 1 a 5, proporcionalmente aos valores globais apresentados. A proporcionalidade do preço da obra será calculada definindo uma unidade que corresponde a 25% do valor base do presente concurso e através da seguinte formula.

$$CP_i = \left(5 - \frac{P_i - P_b \times 0,6}{UNID} \right) ; \quad UNID = 0,25 P_b$$

Em que:

CPi – Classificação do Preço em Análise;

Pi – Preço em Análise;

Pb – Preço base para o presente procedimento

b) Valia técnica da proposta - 40%

Avaliada através:

b.1) Plano de trabalhos e sua adequabilidade à obra aferida através da mobilização dos meios humanos e materiais — 25%

b.2) Memória descritiva que deve justificar a adequabilidade referida na alínea anterior, bem como a adequação do plano de pagamentos com o plano de trabalhos proposto — 15%.

b1 Descritores		Pontuação
1	Plano de Trabalhos é completo contém a identificação de todas as actividades principais. Apresenta uma correcta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Apresenta uma correcta mobilização dos Meios Materiais.	4,00 – 5,00
2	Plano de Trabalhos é simplificado contém a identificação de todas as actividades principais. Apresenta uma correcta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Não apresenta uma correcta mobilização dos Meios Materiais.	3,00 – 4,00
3	Plano de Trabalhos é incompleto contém a identificação de todas as actividades principais. Não apresenta uma correcta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Apresenta uma correcta mobilização dos Meios Materiais.	2,00 – 3,00

- 4 Plano de Trabalhos é omissivo não contém a identificação de todas as actividades principais. Não apresenta uma correcta mobilização dos Meios Humanos baseada nem cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Não apresenta uma correcta mobilização dos Meios Materiais. 1,00 – 2,00

b2) Descritores		Pontuação
1	Memória descritiva é completa, justifica a adequação dos Meios Humanos. Justifica a adequação dos meios Materiais. Evidencia a adequação do Plano de Pagamentos com o Plano de Trabalhos. Apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes	4,00 – 5,00
2	Memória descritiva é simplificada, justifica a adequação dos Meios Humanos. Justifica a adequação dos meios Materiais. Não evidencia a adequação do Plano de Pagamentos com o Plano de Trabalhos. Apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes	3,00 – 4,00
3	Memória descritiva é incompleta, justifica a adequação dos Meios Humanos. Justifica a adequação dos meios Materiais. Não evidencia a adequação do Plano de Pagamentos com o Plano de Trabalhos. Não apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes	2,00 – 3,00
4	Memória descritiva é omissa, não justifica a adequação dos Meios Humanos. Não justifica a adequação dos meios Materiais. Não evidencia a adequação do Plano de Pagamentos com o Plano de Trabalhos. Não apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes	1,00 – 2,00

2. São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º

1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspectos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos;

c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos;

d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;

e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados, nos termos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos;

f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

g) A existência de fortes indícios de actos, acordos, práticas ou informações susceptíveis de falsear as regras de concorrência.

3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto nas alíneas e) e g) do número anterior, deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

4. Em caso de empate, prevalecerá aquela que tiver sido apresentada mais cedo, aplicando-se, por analogia e conforme artigo 10.º do Código Civil, o disposto no n.º 2 do artigo 160º do CCP.

5. As propostas não serão objecto de negociação.

Artigo 31.º Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante no presente programa, o Júri do Procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.

2. No Relatório preliminar referido no número anterior, o Júri do Procedimento também deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, quando se verifique alguma das situações previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do Código dos

Contratos Públicos.

Artigo 32.º Audiência Prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes prazo de cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
2. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às actas das sessões de negociação com os demais concorrentes, que porventura se tenham realizado e às informações e comunicações escritas de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 33.º Relatório Final

1. Decorrido o prazo de audiência prévia, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda excluir qualquer proposta se verificar, a ocorrência de alguma das causas constantes do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso previsto no parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência de interessados, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

CAPÍTULO V – CAUÇÃO

Artigo 34.º Caução

1. O valor da caução é de 5% do preço contratual e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário e de acordo com os modelos constantes do anexo ao caderno de encargos.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.
3. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de dez dias a contar da

notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos casos em que a mesma seja dispensada em função do valor do contrato, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.

4. Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado, pelo preço total do respectivo contrato.

5. Aplicar-se-á o regime estabelecido no número anterior caso exista assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo preço total do respectivo contrato, por entidade bancária reconhecida.

6. O depósito em dinheiro ou em títulos será efectuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.

7. Quando o depósito for efectuado em títulos, estes são avaliados pelo respectivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.

8. Se o adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

9. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

10. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 35.º Não prestação da caução

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.

2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

3. A não prestação da caução pelo adjudicatário, deve ser imediatamente

comunicada ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Artigo 36.º Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de quinze dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37.º Adopção do ajuste directo em procedimento futuro

A entidade adjudicante reserva-se no direito de, em procedimento futuro, poder vir a adoptar o procedimento de ajuste directo, quando:

- a) Se tratar de novas obras que consistam na repetição de obras similares às da presente empreitada e, desde que:
 - i. Essas obras estejam em conformidade com um projecto base comum;
 - ii. O contrato tenha sido celebrado, há menos de três anos.
- b) Se trate de obras a realizar apenas para fins de investigação, de experimentação, de estudo ou de desenvolvimento, desde que:
 - i. A realização dessas obras não se destine a assegurar a obtenção de um lucro ou a amortizar os custos dessas actividades; e
 - ii. O preço base relativo ao ajuste directo seja inferior ao referido na alínea b) do artigo 19.º;
- c) Se trate de realizar uma obra ao abrigo de um acordo quadro, nos termos do

disposto no n.º 1 do artigo 258.º.

Artigo 38.º Notificação da adjudicação e prestação da caução

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 23.º do presente programa do concurso;
 - b) Prestar a caução devida, nos termos do disposto no Caderno de Encargos, sob pena de, não a prestando em tempo, a adjudicação caducar, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 91.º do Código dos Contratos Públicos.
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 39.º Minuta do Contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.º 2 e 5 do artigo 96.º do Códigos dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de dez dias a contar da recepção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação do adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 40.º Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de trinta dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos dez dias contados da data da notificação da decisão da adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos da habilitação exigidos;
 - c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
3. Na outorga do contrato, a representação da entidade adjudicante, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos.
4. A competência prevista no número anterior pode ser delegada nos termos gerais.

Artigo 41.º Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso do adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 42.º Subempreiteiros

1. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, consoante se trate ou não de habilitações necessárias para apresentação a concurso, as cópias dos contratos de subempreitada que efectue. Estes contratos devem obedecer ao disposto no Caderno de Encargos.
2. Na empreitada só poderão ter lugar as subempreitadas que constem do contrato ou que, entretanto, venham a ser autorizadas pelo dono da obra, as quais serão realizadas nas condições para as mesmas estabelecidas.

Artigo 43.º Encargos dos concorrentes

Correm por conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, incluindo os impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 44.º Contagem dos prazos

À contagem dos prazos previstos no presente programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 45.º Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente programa do concurso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18- A/2008, de 28 de Março de 2008 e demais legislação aplicável.

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

[a que se refere o n.º 1 do Artigo 14.º do presente programa]

F _____ (nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas (ou, se for esse o caso, certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado) _____(indicar o número), contendo as autorizações _____(indicar natureza e classe), representado pelo seu _____ (gerente/administrador/procurador/representante comum) _____(nome, estado civil, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objecto da “Empreitada de Construção do Edifício Centro de Negócios do IPARQUE Leonardo Da Vinci”, a que se refere o anúncio publicado no Diário da República nº _____ de _____, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com os termos e condições constantes no caderno de encargos, projecto de execução e demais elementos do procedimento, pelo preço total de € _____ (_____ euros), com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e que se submete, em tudo o que

respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local, data,

Assinatura,

Nota: deverá ser indicada a qualidade do signatário.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]
1 – _____, (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de¹ _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes

documentos, que junta em anexos³:

a)

.....;

b)

.....;

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas

2 No caso de ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos

- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional⁴ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional^{5 6};
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional⁷ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional^{8 9}
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)¹⁰;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)¹¹;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos¹²;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro)¹³;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de

4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

5 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

6 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

7 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

8 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

9 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

10 Declarar consoante a situação.

11 Declarar consoante a situação.

12 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

13 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)¹⁴;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes¹⁵ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes¹⁶]¹⁷:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

14 Declarar consoante a situação

15 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

16 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação

17 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data,

Assinatura¹⁸,

18 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREVALÊNCIA DAS TRADUÇÕES
[a que se refere o n.º 7 do **Artigo 20.º** do presente Programa]

F_____ (*Identificação do(s) representante(s) legal(ais) da Entidade*

Convidada), titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade n.º(s) _____, emitido em __/__/____, pelo Arquivo de Identificação de _____, na qualidade de representante(s) legal(is) de _____, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no procedimento do Concurso Público para a “Empreitada de Construção do Edifício Centro de Negócios do IPARQUE Leonardo Da Vinci”, promovido pelo Coimbra Inovação Parque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, E.M., S.A., a que se refere o anúncio publicado no Diário da República de __/__/____, aceita que as traduções apresentadas nos documentos que acompanham a sua proposta prevalecem, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do Concorrente*]

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – _____, (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de¹ _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no procedimento de concurso público para _____ (designação do procedimento), sob compromisso de honra, que a sua representada²:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional³ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional^{4 5};

c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos⁶;

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro)⁷;

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas

2 No caso de ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

3 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

5 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

6 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

7 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal)⁸;

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁹] os documentos comprovativos de que a sua representada¹⁰ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local, data,

Assinatura¹¹,

8 Declarar consoante a situação

9 Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

10 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

11 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.